



ID: 122381529

04-04-2026

Directores já podem abrir concursos para psicólogos e terapeutas

Escolas vão poder contratar 1406 técnicos. Ideia é ter um psicólogo por cada 796 alunos

Cristiana Faria Moreira

Com as férias da Páscoa a decorrerem, as escolas já podem iniciar os procedimentos concursais para a contratação de psicólogos e outros técnicos especializados, como terapeutas da fala, educadores sociais e técnicos informáticos. O ministro da Educação, Ciência e Inovação (MECI) anunciou, na quarta-feira, no Parlamento, a abertura de 1406 vagas para a vinculação destes técnicos nas escolas públicas. A medida, diz a tutela, vai permitir que o rácio passe de um psicólogo por cada 1656 alunos para um por cada 796.

A integração destes técnicos nas escolas tinha sido anunciada em Agosto, ainda antes do arranque do ano lectivo, mas só agora, quando faltam três meses para o ano terminar, é que pode avançar. A demora levou a que a Federação Nacional da Educação (FNE) pedisse, ainda há poucas semanas, “um esclarecimento urgente” ao Ministério da Educação.

Do total de vagas, 758 destinam-se a psicólogos e 648 a outros profissionais especializados. O investimento global ultrapassa os 38 milhões de euros e tem como objectivo reforçar o apoio aos alunos e assegurar maior estabilidade aos profissionais, diz o ministério em comunicado.

Com esta decisão, o número de psicólogos com vínculo aos quadros do Ministério da Educação passa para 1459. Até agora, 249 agrupamentos e escolas não agrupadas não tinham qualquer psicólogo nos seus quadros.

A vinculação destes técnicos permitirá também reforçar as equipas existentes: após a conclusão dos concursos, 62% dos 807 agrupamentos e escolas não agrupadas passarão a contar com dois ou mais psicólogos. E permitirá também “combater a precariedade e garantir estabilidade a estes profissionais”. Muitos destes

trabalhadores têm contratos precários há vários anos, renovados sucessivamente, apesar de assegurarem necessidades permanentes.

Diz o ministério que esta iniciativa responde a necessidades permanentes das escolas, nomeadamente no apoio à saúde mental, na orientação vocacional, na prevenção do insucesso escolar e no acompanhamento de alunos com necessidades específicas. Por isso, impunha-se “dotar todos os agrupamentos e escolas não agrupadas de, pelo menos, um psicólogo no seu mapa de pessoal”.

Receios de desigualdade

Na quarta-feira, durante o debate sectorial da educação no Parlamento, Fernando Alexandre admitiu querer “acabar com a dimensão assistencialista do ministério nas escolas”. “Se as escolas precisam de apoio, o que temos de fazer é reforçar este apoio às escolas. Temos de colocar mais técnicos.”

Por isso, serão as escolas as responsáveis pela condução dos concursos e, no caso das vagas para outros técnicos especializados, poderão definir os perfis a recrutar de acordo com as suas necessidades. Na quarta-feira, foi publicado em *Diário da República* um despacho da secretária de Estado da Administração Escolar, Luísa Oliveira, que delega essas competências nos directores para a abertura de procedimentos concursais para o recrutamento de técnicos superiores e técnicos de sistemas e tecnologias de informação.

No entanto, há quem se mostre preocupado com esta mudança. Para a FNE, esta descentralização de competências poderá levar à existência de diferentes procedimentos concursais, “com riscos evidentes ao nível da transparência, da equidade e da uniformidade de critérios”, embora reconheça que poderá agilizar os





Reforço de psicólogos, terapeutas da fala, assistentes sociais, entre outros técnicos especializados, representa um investimento de 38 milhões de euros

pela Direcção-Geral de Estabelecimentos Escolares (Dgeste).

“Vamos ver se é suficiente”

O processo que se segue é “moroso, burocrático” e levará algumas semanas, numa altura de grande trabalho para as escolas com avaliações e exames nacionais a aproximarem-se. Por isso, pensa que os técnicos apenas entrarão em funções apenas no próximo ano lectivo. “Para as escolas, isto [estes concursos] é muito bom. Dá estabilidade. Estes técnicos são uma retaguarda muito importante para as escolas, para os professores e para os directores. Vamos ver se esse número é suficiente. Gostava que apostassem mais na área da educação especial, em terapeutas, e na formação dos assistentes operacionais, embora isso dependa agora das câmaras”, diz Filinto Lima.

Em Dezembro, um inquérito da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), feito a 147 directores, revelava que 82,3% reconheciam não ter os recursos suficientes para implementar e aplicar uma educação efectivamente inclusiva nas escolas que dirigem. Diziam faltar espaços físicos para desdobrar turmas e recursos humanos para dar uma resposta adequada a estes alunos, sejam professores, assistentes operacionais ou técnicos especializados: 79,6% dos directores referiam que estes técnicos não são suficientes. Seriam necessários nas suas escolas mais 350 terapeutas da fala, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, mediadores sociais e culturais, assistentes sociais, entre outros.

O relatório *Avaliação da Educação Inclusiva*, realizado por uma equipa do Instituto para as Políticas Públicas e Sociais do Iscte, coordenada por Luís Capucha e Paulo Pedroso, realçava também a importância – e a precariedade – destes técnicos no contexto escolar: “Apesar do aumento de docentes de educação especial e do reforço de profissionais contratados directamente pelas escolas, a sua adequação em termos de número, estabilidade, capacidade e articulação é frequentemente considerada insuficiente. A escassez de assistentes operacionais com formação específica, bem como a falta de docentes de educação especial e de técnicos especializados, constitui uma preocupação transversal, agravada pela rotatividade, pelos vínculos precários e pela diversidade de alunos com necessidades específicas.”

processos de contratação e “contribuir para uma maior adequação dos perfis recrutados” às necessidades das escolas.

A federação sindical afirma ainda que a transferência de competências para os directores acontece “sem evidência de um reforço proporcional de meios, formação ou valorização das funções de gestão, agravando a já significativa sobrecarga administrativa que recai sobre estes responsáveis”. E reafirma que qualquer processo de reforço da autonomia das escolas deve ser acompanhado por “regras claras e uniformes, mecanismos robustos de transparência e supervisão e adequados recursos humanos, técnicos e financeiros”.

As escolas são já responsáveis pela contratação de mediadores culturais, por exemplo. O presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas (Andaep), Filinto Lima, lembra que estes concursos servirão, sobretudo, para vincular estes técnicos que estão nas escolas aos

quadros do ministério. No seu agrupamento em Vila Nova de Gaia, por exemplo, poderá contratar um psicólogo e mais três técnicos. Neste ano lectivo, tem-nos a trabalhar, mas a contrato.

“Isto dá mais trabalho às escolas. Mas já estamos habituados a fazer este tipo de contratos”, diz o director. O que o preocupa são outras delegações de competências, como as que foram anunciadas no mês passado, na sequência da reforma orgânica do MECL. Os directores passam, por exemplo, a realizar a qualificação de agentes de serviço, a ter competências numa série de actos relacionados com matrículas e na celebração de protocolos, parcerias e acordos de cooperação com entidades externas. E ainda na autorização da acumulação de funções do pessoal docente e não docente, nas permutas entre professores e na concessão de equiparação a bolseiro para efeitos de investigação. Algumas destas tarefas e competências eram realizadas pela Direcção-Geral de Administração Escolar (DGAE) e

ID: 122381529

04-04-2026

Escolas

Governo abre 1406 vagas para psicólogos e outros técnicos

Sociedade, 16/17